

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2021

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SC000073/2021  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 21/01/2021  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR001243/2021  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 10263.100162/2021-42  
**DATA DO PROTOCOLO:** 21/01/2021

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO DO MOBILIARIO E ARTEFATOS DE CIMENTO DE FLORIANOPOLIS E REGIAO, CNPJ n. 83.930.602/0001-75, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADAURI ADUCE PEREIRA;

E

SIND DAS IND DE PRE MOLDADOS E ART CIMENTO DA G FPOLIS, CNPJ n. 00.118.718/0001-87, neste ato representado(a) por seu Tesoureiro, Sr(a). MAURICIO JOSE BERTUZZI e por seu Presidente, Sr(a). TITO ALFREDO SCHMITT;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES NAS INDUSTRIA DE PRE MOLDADOS E ART. CIMENTO**, com abrangência territorial em **Biguaçu/SC, Florianópolis/SC, Palhoça/SC e São José/SC**.

## **Salários, Reajustes e Pagamento**

### **Piso Salarial**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Excetuados os menores aprendizes, nenhum empregado abrangido, após os primeiros 90 (noventa) dias de trabalho na empresa, perceberá a partir de Maio de 2020 salário inferior a R\$ 1.271,00 ( HUM MIL, DUZENTOS E SETENTA E UM REAIS).

### **Reajustes/Correções Salariais**

### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Em maio de 2020, os salários dos trabalhadores abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho serão reajustados pela aplicação do índice de 2,5% (**Dois virgula cinco por cento**), incidente sobre os salários de Abril/2020.

§ 1º - Os empregados admitidos após 1º de maio de 2019, terão seus salários reajustados de forma proporcional aos meses trabalhados, a contar do mês de admissão, observado o princípio da isonomia, de forma que nenhum trabalhador mais novo na empresa, venha a ter salário superior ao mais antigo na função, considerando-se como parâmetro máximo, o salário reajustado daquele paradigma que já estava empregado no mês de maio de 2019.

§ 2º - Serão compensadas todas as antecipações concedidas no período de 1º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020, exceto as situações decorrentes de término de aprendizagem, promoção por merecimento e antigüidade, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade, bem assim de equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

§ 3º - Os valores referentes aos reajustes salariais retroativos aos meses de maio 2020 até janeiro 2021, serão pagos na folha de pagamento de fevereiro 2021, com vencimento até o 5º dia útil.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUINTA - MORA SALARIAL**

Em caso de mora no cumprimento da obrigação salarial e a partir de então, o respectivo valor será corrigido pelos índices de variação da Taxa de Referência Diária, ou por outra, pela qual tenha sido eventualmente substituída.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **13º Salário**

#### **CLÁUSULA SEXTA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO**

Ao empregado que entrar em gozo de férias, será concedida a antecipação salarial prevista em lei, se assim o desejar, independentemente do prévio requerimento.

### **Gratificação de Função**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO SUBSTITUTO**

Admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

### **Adicional de Hora-Extra**

## **CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

As horas extraordinárias serão remuneradas com acréscimo de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal.

## **CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAS HABITUAIS**

As horas extras habituais serão incluídas no cálculo do 13º salário, férias e repouso remunerado.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Normas para Admissão/Contratação**

## **CLÁUSULA DÉCIMA - CÓPIA DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

A empresa entregará ao empregado, mediante recibo deste, cópia do Contrato de Experiência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ANOTAÇÃO NA CTPS**

As carteiras profissionais serão anotadas na forma da lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

A empresa fornecerá aos empregados, comprovante de pagamento, especificando as importâncias pagas e as deduções havidas.

### **Desligamento/Demissão**

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO POR JUSTA CAUSA**

No caso de rescisão por justa causa, a empresa comunicará, por escrito ao empregado, contra recibo ou mediante assinatura de duas testemunhas, o dispositivo legal no qual incidiu.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS**

As **Rescisões de Contrato de Trabalho** com 01 (um) ano, ou mais, de serviço poderão ser homologadas perante um representante do **SINDICATO PATRONAL** e um representante do **SINDICATO LABORAL**, no âmbito da **CCP - Comissão de Conciliação Prévia**, conforme estabelecidas na Cláusula **VIGÉSIMA SÉTIMA** e seguintes.

§ 1º - Os contratos de Trabalho com prazo inferior ao previsto no **CAPUT** deste artigo poderão ser **HOMOLOGADOS** nos mesmos moldes se for interesse das partes.

§ 2º - As verbas rescisórias serão pagas de acordo com a lei nº 7.855 de 24 de outubro de 1989, ou lei específica que venha a substituí-la.

#### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO**

CLAUSULA SUBSTITUIDA PELA LEI Nº 12506 DE 11/10/2011 (NOVO AVISO PRÉVIO)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

O empregado que for demitido e que no curso do aviso prévio, deseje afastar-se do emprego, fica dispensado do cumprimento do mesmo, recebendo o salário referente aos dias trabalhados.

#### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

##### **Ferramentas e Equipamentos de Trabalho**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EQUIPAMENTOS, UNIFORME E FERRAMENTAS**

As empresas fornecerão gratuitamente a seus empregados, quando por lei ou por ela exigidos, equipamentos de proteção individual, uniformes, calçados e ferramentas.

##### **Estabilidade Geral**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GARANTIAS ESPECIAIS DE EMPREGO**

Será garantido o emprego nas seguintes condições:

- A)** Ao empregado que estiver ou vier a estar em gozo de auxílio doença previdenciária não decorrente de acidente do trabalho, e desde que o afastamento seja superior a 30 (trinta) dias ininterruptos, até 90 (noventa) dias após a alta médica previdenciária;
- B)** Aos empregados optantes pelo regime do FGTS, durante os 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à aquisição do direito à aposentadoria por idade ou por tempo de serviço, desde que o empregado tenha mais de 5 (cinco) anos de trabalho na mesma empresa. Adquirido o direito, extingue-se a garantia;
- C)** Ao empregado alistado para a prestação do serviço militar obrigatório, a partir do recebimento da notificação de que será efetivamente incorporado, até 45 (quarenta e cinco) dias após a sua desincorporação.

**Parágrafo Único:** Em qualquer caso, o contrato pode ser rescindido por pedido de demissão, acordo, justa causa., transferência ou encerramento das atividades da empresa, ou, ainda, a qualquer tempo, mediante o pagamento dos dias de garantias restantes.

#### **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CHAMADAS ESPECIAIS OU DE EMERGENCIA**

No caso de convocação do empregado para prestação de serviço excepcional, durante os períodos de folga, repouso, ou dias feriados, a remuneração devida será de 2 (duas) horas, se a duração do trabalho for inferior a esse lapso de tempo, ou, se superior, de acordo com as horas trabalhadas.

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

##### **Faltas**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE**

Mediante aviso de 48 horas, será abonada a falta do empregado estudante, de todos os níveis escolares no dia da prova obrigatória, prática ou teórica, desde que coincidente com o horário de trabalho e comprovada a sua realização.

#### **Outras disposições sobre jornada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - BANCO DE HORAS**

As empresas poderão, desde que negociado com o Sindicato Profissional, estabelecer Acordo de Banco de Horas conforme prevê a Lei.

## Férias e Licenças

### Duração e Concessão de Férias

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Ao empregado que rescindir espontaneamente seu contrato de trabalho, antes de completar 01 (um) ano de serviço, porém com mais de 6 (seis) meses de trabalho na empresa, serão pagas férias proporcionais, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês completo na empresa.

## Relações Sindicais

### Contribuições Sindicais

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Desde que autorizado pelos trabalhadores prévia e expressamente conforme CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 578 e seguintes, os empregadores descontarão do salário da folha de pagamento do mês de março de 2020, e recolherão até o dia 30 de abril de 2020 a importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho de seus empregados abrangidos por esta convenção, qualquer que seja a forma de remuneração, a título de **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL LABORAL FACULTATIVA**.

§ 1º - O recolhimento será feito através de guia de fornecida pelo **SINDICATO LABORAL** através do Sistema ProSind.

§ 2º - Caberá exclusivamente ao **SINDICATO LABORAL**, responder perante aos empregados ou qualquer órgão público ou autoridade, a toda e qualquer reclamação, intimação, notificação ou demanda judicial ou extrajudicial, que trate do assunto objeto desta cláusula e seus parágrafos, ficando o **SINDICATO PATRONAL** e as empresas que efetuaram os descontos, eximidos de qualquer responsabilidade.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

De acordo com o **artigo 1º da ORDEM DE SERVIÇO nº 01 de 24 de Março de 2009 do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego** e ratificada pelos trabalhadores integrantes da categoria profissional em assembléia geral extraordinária realizada no dia 26/03/2020 as Empresas deverão descontar do salário de seus empregados o valor de 1,5 (um vírgula cinco por cento) por mês a título de **CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA**;

O referido desconto deverá ser repassado pelas empresas ao **SINDICATO LABORAL**, em guias por ele fornecida até o 10º dia do mês subsequente ao desconto.

§ 1º - As empresas ficam obrigadas a remeter ao **SINDICATO LABORAL** relação nominal dos empregados, contendo o salário e o desconto efetuado em favor da entidade.

§ 2º - De acordo com o **artigo 2º e seus parágrafos, da ORDEM DE SERVIÇO nº 01 de 24 de Março de 2009 do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego**, o empregado **PODERÁ EXERCER O SEU DIREITO DE OPOSIÇÃO**, dirigindo-se pessoalmente ao sindicato profissional, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da informação prevista na cláusula anterior e apresentar uma carta, e nesta hipótese não sofrerá o desconto tratado no caput desta cláusula.

§ 3º - Todo trabalhador que descontar a contribuição associativa, terá direito de usufruir dos benefícios concedidos pelo SITICOM, tais como tratamento médico e odontológico sem custos adicionais.

§ 4º - Caberá exclusivamente ao **SINDICATO LABORAL**, responder perante aos empregados ou qualquer órgão público ou autoridade, a toda e qualquer reclamação, intimação, notificação ou demanda judicial ou extrajudicial, que trate do assunto objeto desta cláusula e seus parágrafos, ficando o **SINDICATO PATRONAL** e as **EMPRESAS** eximido de qualquer responsabilidade.

#### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL FACULTATIVA**

Desde que exista expressa e prévia anuência individual do trabalhador, nos termos da lei, a empresa fica autorizada a descontar do salário já reajustado do trabalhador, na primeira folha de pagamento subsequente ao mês de homologação desta **CCT- Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2020**, à título de **CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL FACULTATIVA**, o percentual de 5% (cinco por cento), em uma única vez, conforme aprovado pela assembleia geral dos trabalhadores realizada no dia 26/03/2020.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Dos trabalhadores que autorizarem o desconto, os valores serão repassados ao respectivo **Sindicato Laboral – SITICOM**, em guias fornecidas pelo mesmo, sendo a empresa mera repassadora das importâncias descontadas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caberá exclusivamente ao **SINDICATO LABORAL - SITICOM**, responder perante aos empregados ou qualquer órgão público ou autoridade, a toda e qualquer reclamação, intimação, notificação ou demanda judicial ou extrajudicial, que trate do assunto objeto desta cláusula e seus parágrafos, ficando o **SINDICATO PATRONAL - SINPREMAC** e as empresas que efetuaram os descontos, eximidos de qualquer responsabilidade.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Quando solicitadas, por escrito, pelo **SINDICATO LABORAL**, as empresas deverão fornecer a relação de seus empregados que autorizaram o desconto, na

qual constem o nome e valor recolhido de cada empregado, juntamente com a guia de recolhimento.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - REVERSÃO PATRONAL**

Todas as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva, associadas ou não, deverão recolher ao Sindicato Patronal, através de guia que será fornecida pelo mesmo, a título de **REVERSÃO PATRONAL** conforme tabela anexa:

#### **TABELA PARA O ANO 2020/2021**

Empresas com :	01 à 10 empregados	R\$ 290,00
Empresas com :	11 à 30 empregados	R\$ 583,00
Empresas com :	acima de 30 empregados	R\$ 876,00

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento deverá ser feito até o dia 28 de Fevereiro de 2021.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Ao pagamento com atraso serão acrescidos de de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

#### **Disposições Gerais**

##### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

Fica instituída no âmbito dos Sindicatos Convenientes a **CCP - Comissão de Conciliação Prévia**, de composição paritária, objetivando a **conciliação dos conflitos individuais do trabalho e homologação das rescisões de contrato de trabalho**, sem qualquer ônus para o empregado, nos termos do Título VI -, artigos. 625 - A e seguintes da CLT, acrescentados pela Lei nº. 9.958 de 12.01.2000.

§ 1º - Toda demanda individual, antes de ingressar nas varas do trabalho, pode ser submetida à apreciação da **CCP - Comissão de Conciliação Prévia** em funcionamento no Município de Florianópolis e São José, SC

§2º - Todo **TRCT - Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho**, com 01 (um) ano ou mais, que se dissolva por motivo de qualquer natureza, que envolva empresa e empregado abrangidos pela presente **CCT - Convenção Coletiva de Trabalho** poderá ser submetido à apreciação da **CCP - Comissão de Conciliação Prévia** nas sedes dos Sindicatos **PATRONAL E LABORAL**.



§ 3º - Pelos serviços de **HOMOLOGAÇÃO** prestados as Empresas, será cobrado o valor de **R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais)** á cada **TRCT homologado**, pago pelo empregador.

§ 4º - As empresas **ASSOCIADAS ao SINPREMAC da Grande Florianópolis** poderão utilizar os serviços da **HOMOLOGAÇÃO** com valor reduzido para **R\$ 50,00 (Cinquenta reais)** a cada **TRCT homologado**, pago pelo empregador.

§ 5º - As Homologações acontecerão sobre prévio agendamento, na sede do **SINDICATO LABORAL (SITICOM)**, localizado na Rua Salvador Di Bernardi, nº 08 - Campinas - São José/SC ou através do telefone **(48) 33220087 ou 999710142**.

§ 6º - Os pagamentos dos serviços prestados poderão se dar por meio de **BOLETO ou DEPÓSITO BANCÁRIO**, à ser informado na data do agendamento.

§ 7º - No dia e hora agendados para a **HOMOLOGAÇÃO** deverá a empresa apresentar juntamente com todos os documentos devidos, o comprovante de pagamento do serviço que será realizado.

§ 8º - Quando houver divergências, no ato da **HOMOLOGAÇÃO**, referente ao contrato de trabalho, converter-se-á **FACULTATIVAMENTE** o ato á **sessão de conciliação** nos termos da **CCP - Comissão de Conciliação Prévia**, no tocante ao que ficar ressalvado, sem prejuízo ao ato de **HOMOLOGAÇÃO** anterior.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - QUITAÇÃO ANUAL DO CONTRATO DE TRABALHO**

As empresas poderão **FACULTATIVAMENTE** comprovar anualmente a quitação das verbas de seus funcionários ou ex-funcionários conforme artigo 507-B da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho vigente, e poderão solicitar a presença de um representante indicado pelo **SINDICATO PATRONAL** e obrigatoriamente um representante indicado pelo **SINDICATO LABORAL**. Será oferecido à empresa e empregado um termo de quitação anual, no qual constarão todas as obrigações que a empresa cumpriu dentro do ano, discriminando mensalmente o cumprimento das obrigações.

**Parágrafo Único:** Neste caso, as empresas efetuarão o pagamento de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)** por termo de quitação anual de contrato de trabalho.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - SOLUÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS**

Qualquer divergência relativa à Comissão de Conciliação Prévia, surgida na interpretação ou aplicação do presente instrumento, será dirimida mediante negociação direta entre os Sindicatos

Convenientes, restando infrutíferas às negociações, a questão deverá ser submetida à apreciação da Justiça do Trabalho.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ADEQUAÇÕES**

Para o aperfeiçoamento da presente Convenção, no que se refere à Comissão de Conciliação Prévia, as partes Convenientes poderão, através da maioria de seus membros, alterar a presente Convenção a fim de melhor adequá-la, bem como para proporcionar a adesão de outros Sindicatos interessados em participar da Comissão.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO**

A **CCP - Comissão de Conciliação Prévia** será composta de representantes dos trabalhadores e empregadores, podendo a mesma ser ampliada com a adesão de outros sindicatos, observando sempre a paridade sindical.

§ 1º - A posse dos membros da comissão ocorrerá simultaneamente com o início da vigência desta Convenção, exercendo as suas funções pelo prazo de 01 (um) ano, podendo, no entanto, ser substituídos a qualquer tempo, a critério dos Sindicatos Convenientes.

§ 2º - Sendo necessária a substituição de qualquer membro, titular ou suplente, o substituto deverá ser indicado, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º - As indicações ou substituições serão sempre realizadas por meio de troca de correspondências, com aviso de recebimento, entre os Sindicatos Convenientes.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - HIERARQUIA**

Não haverá qualquer hierarquia, nem subordinação entre os membros da Comissão.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA CCP**

A Comissão atuará na base territorial dos Sindicatos Convenientes, em todos os casos em que o empregado manifestar interesse em apresentar demanda de natureza trabalhista.

§ 1º - A comissão poderá alterar a frequência das reuniões ou fixar o local das sessões, caso surja excesso de demanda ou motivo que justifique a alteração.

§ 2º - A CCP poderá a qualquer tempo abrir extensões em municípios vizinhos, desde que respeitada a base territorial dos Sindicatos Convenientes.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - REMUNERAÇÃO DOS CONCILIADORES**

Os conciliadores perceberão o valor de **R\$ 32,47 (trinta e dois reais e quarenta e sete centavos)** a título de gratificação pelos serviços prestados a **CCP - Comissão de Conciliação Prévia**, por sessão de conciliação (demanda) em que atuarem, independente se a tentativa de conciliação entre as partes resultar em acordo ou frustrada.

§ 1º - O trabalho dos conciliadores não gerará vínculo com a **CCP - Comissão de Conciliação Prévia**, ficando por conta de cada sindicato conveniente a responsabilidade por seu representante na comissão.

§ 2º - A importância prevista nesta cláusula será reajustada anualmente mediante análise e aprovação unânime da CCP, conforme previsto no regimento interno da comissão.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ESTRUTURA OPERACIONAL ADMINISTRATIVA**

A Comissão terá um Conselho Consultivo e um Gestor com competência administrativa e operacional.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONSELHO CONSULTIVO**

O Conselho Consultivo será formado por um membro titular de cada categoria representada com respectivos suplentes.

**Parágrafo único:** Compete ao Conselho Consultivo:

- a) fiscalizar e dirimir questões relacionadas à interpretação e à aplicação da lei, sugerindo e elaborando diretrizes e normas de procedimento técnico;
- b) oficiar nos feitos em que for consultado;
- c) aprovar os orçamentos e a destinação de recursos;
- d) exame e aprovação de contas;
- e) exame e aprovação de alterações do Regimento Interno e outras normas;
- f) tomada de decisões políticas.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - GESTOR DA CCP**

Fica convencionado que o cargo de Gestor será exercido pelo representante designado pelo SINDUSCON até a autonomia financeira da CCP. Alcançada esta condição haverá um rodízio entre os Sindicatos Convenientes no exercício desta função.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - VIGENCIA DO MANDATO**

O Gestor exercerá sua função pelo período de um ano, podendo ser reconduzido ao cargo por decisão da maioria do Conselho Consultivo.

**Parágrafo único:** Ao Gestor caberá:

- a) administrar à Comissão, conduzindo as reuniões relativas desta e convocando seus integrantes para reuniões extraordinárias, sempre que necessário;
- b) apresentar ao Conselho Consultivo os demonstrativos financeiros;
- c) tomar decisões referentes à solução de problemas administrativos;
- d) determinar atribuições e supervisionar os trabalhos dos funcionários postos à disposição da Comissão;
- e) propor orçamentos e destinação de recursos.
- f) lavrar atas das reuniões administrativas da Comissão;
- g) manter registro de quaisquer alterações que ocorram com relação à composição desta;
- h) zelar pela integridade e guarda da documentação administrativa da mesma;
- i) registrar e justificar, quando for o caso, as receitas e despesas;
- j) elaborar demonstrativos mensais das receitas e despesas para o Conselho Consultivo e para os Sindicatos Convenientes.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA APRESENTAÇÃO DA DEMANDA**

As demandas serão formuladas diretamente pelos trabalhadores interessados, por escrito ou reduzidas a termo por qualquer dos membros da Comissão, em 3 (três) vias, sendo entregue cópia datada e assinada pelo autor da demanda e pelo membro da Comissão, consoante o dispõe o § 1º. do artigo 625-D da CLT, acrescidos pela Lei nº 9.958 de 12 de janeiro de 2000.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO RECEBIMENTO DA DEMANDA**

Recebida à demanda mediante protocolo, a Comissão, desde logo, designará dia e hora para a realização da sessão de tentativa de conciliação, do qual dará ciência incontinenti ao demandante e, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio inequívoco do teor da demanda, a parte contrária.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA COMPETÊNCIA DA CCP**

Poderão ser submetidas à Comissão demandas:

1. Durante a vigência do contrato de trabalho;
2. Após a dissolução do vínculo empregatício, observado o prazo prescricional;
3. Com a finalidade de extinguir o contrato de trabalho por meio de transação.

**Parágrafo único:** A Comissão se absterá a promover acordo entre as partes nas seguintes situações:

1. Quando houver perdas e danos decorrentes de saúde;

- 2.Quando houver direito de estabilidade de emprego de gestante ou acidentado;
- 3.Quando o demandante for menor ou incapaz.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DO PRAZO PARA REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO**

A Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias, a partir da apresentação da demanda, para a realização da sessão de tentativa de conciliação, sob pena de ser considerada frustrada a conciliação, sendo fornecida no último dia do prazo, a declaração a que se refere o § 2º do artigo 625-D da CLT.

**Paragrafo unico:** Esgotado o prazo de 10 (dez) dias de que trata o artigo anterior, o não comparecimento de qualquer das partes à sessão de tentativa de conciliação será considerado como conciliação frustrada.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DAS SESSÕES DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO**

As sessões de tentativa de conciliação serão iniciadas com a presença de no mínimo dois conciliadores, observada a paridade, e das partes interessadas.

A presença do demandante será indispensável para o acordo de conciliação. Não se admitindo substituição por procurador, preposto ou terceiro. Poderá, no entanto, fazer-se acompanhar de advogado inscrito na OAB.

A ausência do demandante na sessão de conciliação implicará no arquivamento da demanda, devendo, no entanto, apresentar nova demanda na comissão.

Na sessão de conciliação, os conciliadores ouvirão a manifestação do demandante e do demandado, examinando as provas apresentadas e farão a aproximação das partes para a conciliação, podendo apresentar orientações, sugestões e interferir para o bom andamento dos trabalhos, e encerrar a sessão determinando as condições da conciliação, ou quando não, concluir frustrada a conciliação.

Não prosperando a conciliação, será fornecida às partes, **Declaração da Tentativa Conciliatória Frustrada** com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros conciliadores.

Aceita a conciliação, será lavrado **Termo de Conciliação** em, no mínimo, três vias, assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos conciliadores, fornecendo-se cópia ao demandante e ao demandado, constando o nome das partes, a discriminação do objeto da conciliação, condições e prazos.

O termo a que se refere esta cláusula conterà ressalva a respeito da obrigação ou responsabilidade pelo recolhimento do IRPF ou das contribuições previdenciárias das partes.

O **Termo de Conciliação Extrajudicial** constituirá título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA EXECUÇÃO JUDICIAL**

A execução judicial de acordo não cumprido será promovida na Justiça do Trabalho, de conformidade com o estabelecido nos artigos 876 e 877-A, da CLT.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

As despesas necessárias para o funcionamento da Comissão serão assumidas pelo SINDUSCON, até a autonomia financeira, conforme o estipulado no Regimento Interno da mesma.

Os Sindicatos Convenentes estabelecem que o Empregador contribuirá, em favor da Comissão, com o percentual de 12% (doze por cento) sobre o valor conciliado a título de manutenção, funcionamento e constante aprimoramento da CCP:

**Parágrafo único:** As custas da Comissão serão reajustadas na data-base da categoria da construção, no mês de maio de cada ano, utilizando como critério o índice de reajuste concedido aos pisos da categoria.

#### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - REVISÃO DOS DISPOSITIVOS**

Os dispositivos da presente Convenção serão totalmente revistos ao término de sua vigência, comprometendo-se o **SINDICATO LABORAL** a encaminhar ao **SINDICATO PATRONAL** o "Rol de Reivindicações" com pelo menos, 45 dias de antecedência.

E, por estarem, assim, justos e acordados, os representantes legais das entidades se comprometem a registrar a presente convenção no sistema mediador do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.

**Florianópolis, 14 de Janeiro de 2021.**

**ADARI ADUCE PEREIRA**

Presidente

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO DO MOBILIARIO  
E ARTEFATOS DE CIMENTO DE FLORIANOPOLIS E REGIAO**

**MAURICIO JOSE BERTUZZI**

Tesoureiro

**SIND DAS IND DE PRE MOLDADOS E ART CIMENTO DA G FPOLIS**

TITO ALFREDO SCHMITT  
Presidente  
SIND DAS IND DE PRE MOLDADOS E ART CIMENTO DA G FPOLIS

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA DOS TRABALHADORES**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO II - ATA ASSEMBLEIA DOS EMPREGADORES**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.